



Número: **0800860-96.2020.8.18.0031**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Cível da Comarca de Parnaíba**

Última distribuição : **17/03/2020**

Valor da causa: **R\$ 9.787,50**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ORLAN RODRIGUES MACHADO (AUTOR)		JOSE CICERO FERREIRA FILHO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
96874 07	13/05/2020 19:39	Certidão	Certidão
96785 77	13/05/2020 18:18	Despacho	Despacho
94182 31	27/04/2020 18:43	Certidão	Certidão
94182 24	27/04/2020 18:42	Certidão	Certidão
94148 13	27/04/2020 16:28	MANIFESTAÇÃO	MANIFESTAÇÃO
94148 16	27/04/2020 16:28	EXTRATO BENEFICIO (ORLAN)0001	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
89615 85	24/03/2020 16:47	Intimação	Intimação
89391 07	24/03/2020 12:43	Despacho	Despacho
88961 52	18/03/2020 10:16	Certidão	Certidão
88250 74	17/03/2020 16:43	Petição Inicial	Petição Inicial
88253 43	17/03/2020 16:43	PROCURAÇÃO ORLAN	Procuração
88256 49	17/03/2020 16:43	BO E CARTA DE PAGAMENTO (ORLAN)	Documentos
88256 58	17/03/2020 16:43	ATESTADOS (ORLAN)	Documentos
88845 05	17/03/2020 16:43	FICHA HOSPITALR	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
88835 66	17/03/2020 16:43	RX 1 (ORLAN)	Documentos
88853 21	17/03/2020 16:43	RX 2 (ORLAN)	Documentos

PROCESSO Nº: 0800860-96.2020.8.18.0031
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Seguro]
AUTOR: ORLAN RODRIGUES MACHADO

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

CERTIFICO QUE, nesta data, que expedi carta de citação para a parte requerida.

O referido é verdade e dou fé.

PARNAÍBA-PI, 13 de maio de 2020.

MARCELA ZIDIRICH GAMO
Secretaria da 2ª Vara Cível da Comarca de Parnaíba



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

2ª Vara Cível da Comarca de Parnaíba DA COMARCA DE PARNAÍBA

Avenida Dezenove de Outubro, 3495, Conselheiro Alberto Silva, PARNAÍBA - PI - CEP: 64209-060

PROCESSO Nº: 0800860-96.2020.8.18.0031

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Seguro]

AUTOR: ORLAN RODRIGUES MACHADO

Nome: ORLAN RODRIGUES MACHADO

Endereço: Quadra 07, 01, (Conj joaz Sousa), São Vicente de Paula, PARNAÍBA - PI - CEP: 64217-245

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Endereço: Edifício Citibank, 100 andar 26, Rua da Assembléia 100, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20011-904

MANDADO

O(a) Dr.(a) , MM. Juiz(a) de Direito da **2ª Vara Cível da Comarca de Parnaíba** da Comarca de PARNAÍBA, MANDA o Oficial de Justiça designado que, em cumprimento ao presente Despacho-mandado, proceda a **CITAÇÃO/INTIMAÇÃO decisão abaixo**

DESPACHO-MANDADO

1. Defiro o pedido de gratuidade da justiça. Ante as especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, deixo para momento posterior a análise da conveniência da audiência de conciliação, nos termos do art.139, VI, do NCPC e em consonância com o Enunciado n.35 da ENFAM ("Além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo"). Cite-se a parte Ré para contestar no prazo de 15 (quinze) dias, devendo constar que a ausência de contestação implicará no decreto da revelia e na presunção de veracidade dos fatos elencados na petição inicial.
2. **DETERMINO QUE O PRESENTE DOCUMENTO SIRVA, AO MESMO TEMPO, COMO DESPACHO E COMO MANDADO.**
3. Por este documento, fica o Oficial de Justiça que o portar autorizado a requisitar força policial para o cumprimento da diligência nele determinada. **CUMpra-se, na forma e sob as PENAS DA LEI.** Poderá o Oficial de Justiça, para o cumprimento da diligência do mandado, proceder conforme o disposto no § 2º do art. 212 do CPC.

PARNAÍBA-PI, 13 de maio de 2020.

HELIOMAR RIOS FERREIRA

Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Parnaíba da Comarca de PARNAÍBA

PROCESSO Nº: 0800860-96.2020.8.18.0031
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Seguro]
AUTOR: ORLAN RODRIGUES MACHADO

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO DE CONCLUSÃO

Certifico que, nesta data, faço a conclusão do presente processo para despacho/decisão/sentença.

PARNAÍBA-PI, 27 de abril de 2020.

MARCELA ZIDIRICH GAMO
Secretaria da 2ª Vara Cível da Comarca de Parnaíba

PROCESSO Nº: 0800860-96.2020.8.18.0031
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Seguro]
AUTOR: ORLAN RODRIGUES MACHADO

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

CERTIFICO QUE, nesta data, que a parte requerente se manifestou tempestivamente iD n. 9414813.

O referido é verdade e dou fé.

PARNAÍBA-PI, 27 de abril de 2020.

MARCELA ZIDIRICH GAMO
Secretaria da 2ª Vara Cível da Comarca de Parnaíba

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PARNAÍBA (PI).

PROCESSO Nº: 0800860-96.2020.8.18.0031

ORLAN RODRIGUES MACHADO, já devidamente qualificado nos autos epigrafados, por meio de seu advogado que esta subscreve vem com o devido respeito a honrosa presença de Vossa Excelência, **apresentar comprovante de renda**, conforme solicitado por Vossa Excelência, atendendo assim, o despacho anterior de ID7817712, datado de 10/01/2020, a fim de que lhe seja concedido, os benefícios da justiça gratuita.

Ressalta-se, que o autor é trabalhador rural, e que na época do acidente, lhe foi deferido o benefício de auxílio doença previdenciário, conforme se comprova com o histórico de Créditos e informações do benefício junto ao INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (INSS), em anexo.

Tendo como proventos líquidos o total de R\$998,00, o equivalente a 01(um) salário mínimo à época, **mediante atividade Rural.**

Neste sentido requer que seja concedido ao autor o pedido de gratuidade da justiça, com base no art. 98 e seguintes do CPC e pelo artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Parnaíba (PI), 27 de Abril de 2020.

José Cícero Ferreira Filho
OAB/PI 6858

Identificação do Filiado

NIT: 126.89022.48-8 **CPF:** 794.850.063-49 **Data de Nascimento:** 23/05/1978
Nome: ORLAN RODRIGUES MACHADO
Nome da mãe: ANA RODRIGUES MACHADO
Compet. Inicial: 08/2019 **Compet. Final:** 08/2019

Créditos do Benefício

NB: 6204201860
Espécie: 31 - AUXILIO-DOENCA PREVIDENCIARIO
APS: 16001050 - AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL PARNAÍBA
Data de Início do Benefício (DIB): 19/09/2017 **Data de Cessação do Benefício (DCB):** 13/08/2019
Data de Início do Pagamento (DIP): 19/09/2017 **MR:** R\$ 998,00

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
08/2019	01/08/2019 a 13/08/2019	R\$ 765,12	CMG - CARTAO MAGNETICO		02/09/2019		Não	Sim

→ **AG 0030 013 CONT 00085026-3**

Banco: 237 - BRADESCO OP: 614562 - CASA DO PINTOR Ocorrência: Divergência Cadastramento/Crédito

Data Cálculo: 17/08/2019 Origem: Geração de creditos mensais. Validade Início: 02/09/2019 Fim: 31/10/2019

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 432,46
104	VALOR DO DECIMO-TERCEIRO SALARIO	R\$ 582,16
218	13. SALARIO PAGO COMPETENCIAS ANTERIORES	R\$ 249,50



Você pode conferir a autenticidade do documento em
<https://meu.inss.gov.br/central/#/autenticidade>
com o código 19082116Y39S77

) MPAS/INSS Sistema Unico de Beneficios DATAPREV 24/07/2019 11:11:19
INFBN - Informacoes do Beneficio

Acao (Inicio Origem Desvio Restaura Fim)

NB (6204201860) ORLAN RODRIGUES MACHADO Situacao: Ativo
CPF: 794.850.063-49 NIT: 1.268.902.248-8 Ident.: 00001766948 PI

OL Mantenedor: 16.0.01.050 APS : APS PARNAIBA SABI
OL Mant. Ant.: Banco : 237 BRADESCO
OL Concessor : 16.0.01.120 Agencia: 614562 CASA DO PINTOR

Nasc.: 23/05/1978 Sexo: MASCULINO Trat.: 80 Procur.: NAO RL: NAO
Esp.: 31 AUXILIO DOENCA PREVIDENCIARIO Qtd. Dep. Sal.Fam.: 00
Ramo Atividade: RURAL RP: N Qtd. Dep. I. Renda: 00
Forma Filiacao: SEGURADO ESPECIAL Qtd. Dep. Informada: 00
Meio Pagto: CMG - CARTAO MAGNETICO Dep. para Desdobr.: 00/00
Situacao: ATIVO Dep. valido Pensao: 00

APR. : 0,00 Compet : 07/2019 DAT : 19/09/2017 DIB: 19/09/2017
MR.BASE: 998,00 MR.PAG.: 998,00 DER : 05/10/2017 DDB: 30/10/2017
Acompanhante: NAO Tipo IR: ISENTA DIB ANT: 00/00/0000 DCA: 13/08/2019

Window SISBEN/1 at DTPRJCV3

PP MRES - PENDENTE

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PARNAÍBA
Av. Dezenove de Outubro, 3495, Conselheiro Alberto Silva, PARNAÍBA - PI - CEP: 64209-060
E-mail: sec.2varacivelparnaiba@tjpi.jus.br

PROCESSO Nº: 0800860-96.2020.8.18.0031
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO: [Seguro]
AUTOR(A): ORLAN RODRIGUES MACHADO
RÉU(S): SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

AVISO DE INTIMAÇÃO

DESPACHO/DECISÃO/SENTENÇA DE ID: [8939107](#)

.

Parnaíba-PI, 24 de março de 2020.

MILENA SAMPAIO BESSA PINTO
ESTAGIÁRIA

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
2ª Vara Cível da Comarca de Parnaíba

Avenida Dezenove de Outubro, 3495, Conselheiro Alberto Silva, PARNAÍBA - PI - CEP:
64209-060

PROCESSO Nº: 0800860-96.2020.8.18.0031

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Seguro]

AUTOR: ORLAN RODRIGUES MACHADO

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Conforme disposto no art. 98 do NCPC, “A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios têm direito à gratuidade da justiça, na forma da lei”.

Todavia, o magistrado, ao analisar o pedido, perquirirá sobre as reais condições econômico-financeiras do requerente, podendo solicitar que o mesmo comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência, senão vejamos: Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.[...]§ 2º O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.

Em aplicação analógica ao disposto nos arts. 98 e seguintes CPC, entendo que, mesmo no caso de pedido de pagamento das custas processuais ao final do processo ou parcelamento destas, cabe ao magistrado, ao analisar referido pleito, perquirir sobre as reais condições econômico-financeiras do requerente, podendo solicitar que o mesmo comprove nos autos que não pode arcar de forma antecipada, como é a regra, as custas e despesas processuais (art. 82 do CPC).

Assim, em conformidade com o art. 321 do NCPC c/c art. 99 § 2º do NCPC, intime-se a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, comprovando sua situação de pobreza apta ao deferimento da gratuidade de justiça, inclusive colacionando outras provas, entre as quais o extrato bancário dos últimos 4 (quatro) meses, declaração de imposto de renda do último exercício, informação se possui se é titular/sócio/representante de alguma pessoa jurídica juntado aos autos informações desta, sob pena de indeferimento do pedido.

Diligências necessárias

PARNAÍBA-PI, 23 de março de 2020.

HELIOMAR RIOS FERREIRA
Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Parnaíba

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PARNAÍBA
Av. Dezenove de Outubro, 3495, Conselheiro Alberto Silva, PARNAÍBA - PI - CEP: 64209-060
E-mail: sec.2varacivelparnaiba@tjpi.jus.br

PROCESSO Nº: 0800860-96.2020.8.18.0031
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO: [Seguro]
AUTOR(A): ORLAN RODRIGUES MACHADO
RÉU(S): SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, realizei a triagem, constatando que:

- I - A classe processual está correta e os assuntos são pertinentes à demanda;
- II - Os documentos acostados à inicial encontram-se legíveis;
- III - Todas as partes e o advogado subscritor da inicial estão devidamente cadastrados no sistema *PJe*, bem como a qualificação dada pela parte demandante e os documentos apresentados estão convergentes;
- IV - Foram preenchidos os demais requisitos da petição inicial (o fato e os fundamentos jurídicos do pedido; o pedido com as suas especificações; e o valor da causa);
- V - Uma das partes possui domicílio ou estabelecimento nesta Comarca;
- VI - Há instrumento de mandato anexo ao autos eletrônicos;
- VII - Há pedido de gratuidade de justiça na inicial e no sistema;
- VIII - Consultando o *PJe* e o *Themis Web*, verificou-se que não há demanda similar a esta distribuída no sobredito sistema.

O referido é verdade. Dou fé.

Parnaíba, 18 de março de 2020.

MILENA SAMPAIO BESSA PINTO
ESTAGIÁRIA

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da _____ Vara Cível da Comarca de Parnaíba-PI.

ORLAN RODRIGUES MACHADO, Brasileiro, casado, atualmente desempregado, portador do RG. nº 1.766.948 SSP-SP, inscrito no CPF sob o nº 794.850.063-49, residente e domiciliado no Conjunto Joaz Souza II, Quadra 07, Casa 01, Bairro São Vicente de Paula, CEP 64.217-245, na Cidade de Parnaíba/PI., vêm respeitosamente, à presença de V. Exa., por intermédio de seu advogado in fine assinado, com endereço profissional na Av. Governador Chagas Rodrigues n 857, Centro, nesta cidade, para propor, com fulcro no artigo 3º da Lei 6.194/74 e demais disposições aplicáveis à matéria a presente

AÇÃO DE COBRANÇA

em face da **SEGURADORA LÍDER DE CONSÓRCIOS DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 09.248.608/0001-04, com endereço para notificações na Rua Senador Dantas nº 74, 5º andar – Rio de Janeiro – RJ, pelas razões de fato e de Direito a seguir articuladas:

I. PRELIMINARMENTE

1. DA JUSTIÇA GRATUITA

O autor não possui condições de pagar as custas e despesas do processo sem prejuízo próprio ou de sua família, conforme declaração de hipossuficiência anexa, sob égide no Novo Código de Processo Civil, art. 98 e seguintes e pelo artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal. Desse modo, o autor faz jus à concessão da gratuidade de Justiça. Insta ressaltar que entender de outra forma seria impedir os mais humildes de ter acesso à Justiça, garantia maior dos cidadãos no Estado Democrático de Direito.

2. QUANTO À AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO (CPC, ART. 319, INC. VII)

O Promovente opta pela realização de audiência conciliatória (CPC, art. 319, inc. VII), razão qual requer a citação da Promovida, por carta (CPC, art. 247, caput) para comparecer à audiência designada para essa finalidade (CPC, art. 334, caput c/c § 5º).

II. DOS FATOS

O requerente foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 19 de Setembro de 2017, conforme demonstra a cópia da Certidão de Ocorrência anexa, portanto o mesmo é beneficiário da indenização por danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT, que compreende invalidez, prevista no artigo 3º da Lei nº 6194/74, conforme comprovam os documentos inclusos.

Em virtude do acidente de trânsito, **sofreu o autor traumatismo com lesão grave em seu platô tibial, evoluindo com osteoartrite e instabilidade crônica do joelho, necessitando de outros procedimentos cirúrgicos, tendo até os dias atuais limitação de movimento, devido a atrofia muscular, apresentando dor, rigidez, e incapacidade funcional, que o incapacita para o trabalho**, conforme demonstram os documentos anexos, e apesar de ter feito tratamento especializado, não houve nenhuma melhora, havendo uma perda da função em 90% (Noventa por cento por cento), do membro atingido.

Administrativamente requereu junto a seguradora ré, o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, que tem direito e lhe é garantido por lei, apresentou toda a documentação exigida pela seguradora.

Acontece Excelência que o autor recebeu apenas a importância de R\$ 2.362,50 (Dois mil trezentos e sessenta e dois reais cinquenta centavos), que lhe foi disponibilizado na data de 10 de Maio de 2018, valor este inferior ao valor fixado pela Lei 6.194/74, razão pela qual é proposta a presente ação, para pleitear a diferença existente entre o valor recebido e o devido. Vejamos.

III. DO DIREITO

A indenização por invalidez no seguro DPVAT

O Seguro DPVAT tem como um de seus escopos, dentre outros, fornecer uma indenização em dinheiro àqueles que experimentaram danos pessoais oriundos de acidente de trânsito. Aliás, essa cobertura por invalidez permanente está expressa no já citado art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Por seu turno, o art. 4º do mesmo diploma nos indica a quem deve ser paga tal indenização:

Art. 4º *A indenização no caso de morte será paga de acordo com o disposto no art. 792 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.*

Parágrafo único. *(Revogado pela Lei nº 8.441, de 1992).*

§ 1º *(Revogado).*

§ 2º *(Revogado).*

§ 3º *Nos demais casos, o pagamento será feito diretamente à vítima na forma que dispuser o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.*

A situação do postulante se subsumi perfeitamente à segunda parte do dispositivo, pois foi vítima de acidente automobilístico, sendo indiscutível, então na qualidade de beneficiário do seguro em comento. Assim, fixado este entendimento, resta agora determinarmos qual o correto valor a que tem direito.

Com a edição da Medida Provisória 451, de dezembro de 2008, posteriormente convertida na Lei 11.945, de junho de 2009, foram promovidas novas alterações na Lei 6.194/74, especialmente para fixar graus de invalidez permanente, total e parcial, bem como os respectivos percentuais aplicáveis a cada caso, conforme o membro/órgão lesado, critérios estes que foram incluídos, através de um anexo, tendo referida legislação entrado em vigor, para as regras relativas ao Seguro DPVAT, em 16/12/2008, senão vejamos:

Art. 3º *Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009).*

II - *até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)*

§ 1º *No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).*

I - *quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e (Incluído pela*

Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de seqüelas residuais. (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

Importante sinalar, para análise da presente questão, que o sinistro ocorreu sob a égide da Lei nº 11.945/09, que estabeleceu que a Lei no 6.194/74 passou a vigorar, desde 22.12.2008, acrescida de tabela relativa aos percentuais indenizatórios para seguro DPVAT, ora transcrita:

Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos, da mão	

Da análise da documentação que acompanha a inicial, mormente o laudo de médico, expedido pelo médico especialista em ortopedia e traumatologia, Dr. Luiz Alberto Carneiro, CRM nº 1203, anexo, que informa que a vítima sofreu **traumatismo com lesão grave em seu platô tibial, evoluindo com osteoartrite e instabilidade crônica do joelho, necessitando de outros procedimentos cirúrgicos, tendo até os dias atuais limitação de movimento, devido a atrofia muscular, apresentando dor, rigidez, e incapacidade funcional, com lesão neural irreversível, caracterizando invalidez permanente parcial completa**, com incapacidade funcional de membro havendo uma perda da função em 90% (Noventa por cento por cento).

Assim, o caso se enquadra perfeitamente ao inciso I do parágrafo primeiro do art. 3º da Lei 6.194/74: **“quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura”.**

Portanto, a Promovente faz juz a ter seu seguro tabelado na forma prevista no inciso I, §1º, art. 3º da Lei do Seguro DPVAT, como demonstrado acima, ou seja, faz juz a

receber o percentual de 90% (Noventa por cento) do valor total do seguro, haja vista a perda da função dos membros atingidos, e indicação do laudo médico anexo, tal valor corresponde à R\$ 12.150,00 (Doze mil cento e cinquenta reais), devendo ser reduzido o valor já recebido, acrescido de correção monetária e juros de mora a contar da citação.

IV - DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO

Para o recebimento da indenização por invalidez permanente prevista no Seguro DPVAT ao postulante deverá apresentar documentos capazes de demonstrar o fato, o dano dele resultante e sua qualidade de beneficiário.

Essa a exigência do art. 5º, § 1º, da Lei nº 6.194/74:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º. A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos:

a) certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte;

b) b) prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico-assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente - no caso de danos pessoais.

Seguindo orientação da seguradora a postulante encaminhou dentre os documentos exigidos pela lei, prontuários médicos, fichas de atendimento e tudo o mais que foi exigido para a elucidação do sinistro, bem como seus documentos pessoais, autorização de pagamento, etc...

Conclui-se, portanto que

A autora está amparada pelo direito conforme preceitua a lei nº 6.194/74;

Os documentos necessários à comprovação dos fatos foram devidamente entregues a requerida;

V – DA NÃO OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO

Ab initio, consigna o requerente que não se operou o prazo prescricional, pois o evento que ensejou a indenização ora pleiteada ocorreu em 19/09/2017.

Nesse sentido, o artigo 205 do Código Civil vigente estabelece que a

prescrição ocorre em dez (10) anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor, sendo esta a natureza da pretensão trazida a este Juizado Especial.

No caso presente, **o pagamento feito a menor é datado de 10 de maio de 2018**, conforme documento anexo, pelo que a presente ação é proposta tempestivamente, pelo que se requer o seu acolhimento.

VI – DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Muito embora a indenização do seguro DPVAT não seja recomposta nominalmente pela correção monetária, o prêmio do seguro DPVAT vem evoluindo anualmente, em irrazoável e desproporcional tratamento.

Permitir tal distorção e não intervindo o Judiciário para recompor as perdas monetárias que reduzem a indenização, haverá enriquecimento sem causa das seguradoras com enorme prejuízo aos segurados.

Lembrando que a Lei n. 6.194/74, em sua primeira redação, vinculava a indenização ao valor do salário mínimo vigente (40 salários mínimos), em procedimento cuja constitucionalidade, inclusive, chegou a ser questionada nos Tribunais.

Com as modificações implementadas pela Medida Provisória n. 340/06 (posteriormente convertidas na Lei n. 11.482/07), a indenização do seguro DPVAT passou a ter valor certo (ainda que proporcional à lesão), com limite máximo de até R\$13.500,00.

Ao tempo da implementação da legislação antiga, não havia preocupação quanto à correção monetária do valor indenizatório porque a indenização era calculada com base no valor do salário mínimo vigente à época do sinistro (com correção monetária a partir da conversão do valor indenizatório em pecúnia).

Com a alteração legislativa, entretanto, a adoção do valor abstrato previsto na lei - R\$ 13.500,00 - sem a recomposição do valor monetário, importará em corrosão do total indenizatório pelo processo inflacionário.

Não é razoável conceber que o valor da indenização permaneça *ad eternum* estagnado, enquanto os valores dos prêmios são reiteradamente corrigidos, considerando, principalmente, que aquela se trata de um instituto para minorar ou acalantar a vítima já penalizada pelo acometimento de um sinistro.

Assim, é preciso atualizar monetariamente o valor previsto na lei, recompondo-o sem ofender o princípio da separação dos poderes, notadamente porque o Legislativo, ao editar a Lei n. 6.194/74 em sua novel redação, convalidando a Medida Provisória 340/06, não previu forma de atualização do valor indenizatório e o Executivo, majorando exclusivamente o prêmio, só faz aumentar a desigualdade entre o dever (pagar o prêmio) e o direito (receber a indenização) do segurado.

Neste sentido vem sendo o reiterado entendimento dos Tribunais pátrios:

DIREITO CIVIL - OBRIGAÇÕES - SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - CORREÇÃO MONETÁRIA DE VALOR INDENIZATÓRIO PAGO ADMINISTRATIVAMENTE - SENTENÇA IMPROCEDENTE - RECURSO DO AUTOR - CORREÇÃO MONETÁRIA - TERMO A QUO - NOVEL ENTENDIMENTO DA CÂMARA - MEDIDA PROVISÓRIA 340/06 - POSSIBILIDADE - RECURSO PROVIDO - SENTENÇA

MODIFICADA. **Em sede de seguro obrigatório (DPVAT) a correção monetária tem seu termo a quo incidindo a partir da MP n. 340/06 e seu término por ocasião do pagamento integral.** (TJSC, Apelação Cível n. 2015.011177-0, de Braço do Norte, rel. Des. Monteiro Rocha, j. 19-03-2015).

Ainda:

SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT Ação de cobrança Correção Monetária Mera recomposição do valor nominal da moeda Incidência a partir da vigência da Medida Provisória nº 340/2006, sob pena de enriquecimento ilícito das seguradoras Dano moral inócurre. Apelação parcialmente provida. (TJSP, AC n. 0001466-83.2014.8.26.0472, 36ª Câmara de Direito Privado, Relator(a): Sá Moreira de Oliveira, julgado em 26/03/2015, sem grifo no original).

Por fim:

SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). AÇÃO DE COBRANÇA. INDENIZAÇÃO PAGA ADMINISTRATIVAMENTE. **VALOR NOMINAL. EVENTO DANOSO. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA A PARTIR DA ENTRADA EM VIGOR DA MP 340/06. RECOMPOSIÇÃO DA PERDA INFLACIONÁRIA DA MOEDA DEVIDA. QUITAÇÃO A MENOR. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO.** A MP 340/06, convertida na Lei nº 11.482/07, fixou o valor de R\$13.500,00 para a indenização de seguro obrigatório DPVAT, contudo, não estabeleceu a forma de correção monetária, que é devida a fim de recompor a perda inflacionária daquela quantia, **sob pena de inadmissível prejuízo à vítima de acidente de trânsito e enriquecimento sem causa das seguradoras que compõem o consórcio DPVAT.** Não configura dano moral o pagamento administrativo do valor singelo estabelecido pelo art. 3.º da Lei n.º 6.1974/74, com as alterações dadas pela Lei n.º 11.482/07. Recurso parcialmente provido. (TJSP, AC n. 1000620-52.2014.8.26.0568, 35ª Câmara de Direito Privado, Relator(a): Gilberto Leme, julgado em 29/09/2014, sem grifo no original)

Logo, omissa a lei acerca da paridade do valor do prêmio com o valor indenizatório, deve este ser atualizado desde a data de vigência da Medida Provisória, em 29/12/2006, evitando-se sua desvalorização monetária.

VII - DOS PEDIDOS

Ante o exposto, e mais do que dos autos se consta requer a Vossa Excelência sejam julgados procedentes os seguintes pedidos:

1 - Condenar a requerida no pagamento da diferença existente entre o valor quitado administrativamente no valor de R\$ 2.362,50 (Dois mil trezentos e sessenta e dois reais cinquenta centavos), e o determinado pela Lei n.º 6.194/74, que é de 90% de R\$ 13.500,00

(Treze mil e quinhentos reais), perfazendo um crédito em favor do requerente no valor de R\$ 9.787,50 (Nove mil setecentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), quantia sobre a qual deverá incidir correção monetária desde o advento da MP n. 340/2006 e juros desde o sinistro.

2 - A citação da Requerida, por correio no endereço já declinado, para que, querendo, oferecer defesa e produzir prova, sob pena de confissão e revelia;

3 - A condenação da requerida ao pagamento dos honorários advocatícios à base de 20% sobre o valor da condenação, bem como ao pagamento das custas e demais encargos processuais, acrescidos de juros e correção monetária.

4 - A parte Promovente opta pela realização de audiência conciliatória (CPC, art. 319, inc. VII), razão qual requer a citação da Promovida, por carta (CPC, art. 247, **caput**) para comparecer à audiência designada para essa finalidade (CPC, art. 334, **caput** c/c § 5º).

5 –Requer finalmente os benefícios da Justiça Gratuita, eis que se declara ser pessoa pobre na forma da Lei, portanto, não reúne condições financeiras de arcar com despesas do processo judicial, sem prejuízo do seu próprio sustento e de sua família, nos termos do artigo 98 e seguintes do CPC e pelo artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal.

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos.

Dá-se à presente causa o valor de R\$ R\$ 9.787,50 (Nove mil setecentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Termos em que
Pede deferimento.

Parnaíba/PI, 12 de Março de 2020.

José Cícero Ferreira Filho
OAB/PI 6858

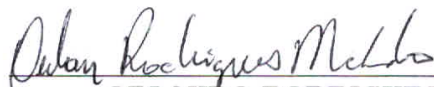
PROCURAÇÃO AD-JUDICIA

OUTORGANTE(S): **ORLANDO RODRIGUES MACHADO**, Brasileiro, casado, atualmente desempregado, portador do RG. nº 1.766.948 SSP-SP, inscrito no CPF sob o nº 794.850.063-49, residente e domiciliado no Conjunto Joaz Souza II, Quadra 07, Casa 01, Bairro São Vicente de Paula, CEP 64.217-245, na Cidade de Parnaíba/PI.

OUTORGADO: **Dr. FRANCISCO JOSÉ GOMES DA SILVA**, Brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB-PI o nº 5234/07, e **Dr. JOSÉ CÍCERO FERREIRA FILHO**, Brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB-PI o nº 6858, ambos com Escritório na cidade de Parnaíba, Estado do Piauí, na Rua Tabajara nº 535, Bairro São Francisco, nesta cidade.

PODERES: Por este instrumento particular de mandato, o **OUTORGANTE** confere ao **OUTORGADOS** plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *ad judicia* et extra, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo uma e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando, conferindo-lhe, ainda, os poderes especiais para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso e assinar declaração de hipossuficiência econômica, conforme estabelecido no Art. 105 do Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015), agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, enfim, praticar todos os atos processuais que ache oportuno e conveniente para o fiel cumprimento deste mandato, dando tudo por bom, verdadeiro, firme e valioso.

Parnaíba (PI), 21 de Janeiro de 2020.



ORLANDO RODRIGUES MACHADO

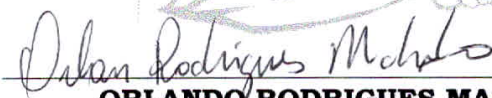
CPF nº 794.850.063-49



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Eu, **ORLANDO RODRIGUES MACHADO**, Brasileiro, casado, atualmente desempregado, portador do RG. nº 1.766.948 SSP-SP, inscrito no CPF sob o nº 794.850.063-49, residente e domiciliado no Conjunto Joaz Souza II, Quadra 07, Casa 01, Bairro São Vicente de Paula, CEP 64.217-245, na Cidade de Parnaíba/PI, DECLARO, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que não tenho condições de arcar com as despesas inerentes ao presente processo, sem prejuízo do meu sustento e de minha família, necessitando, portanto, da **Gratuidade da Justiça**, nos termos do art. 98 e seguintes da Lei 13.105/2015 (Código de Processo Civil), e do art. 5º, LXXIV, da Constituição da República. Requeiro, ainda, que o benefício abranja a todos os atos do processo.

Parnaíba (PI), 21 de Janeiro de 2020.



ORLANDO RODRIGUES MACHADO

CPF nº 794.850.063-49



Ministério da Fazenda
Receita Federal

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF



Número
794.850.063-49

Nome
ORLAN RODRIGUES MACHADO

Nascimento
23/05/1978

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "JOÃO DE DEUS MARTINS"

Orlan Rodrigues Machado
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO
dígito verificador: 00

Emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil
às 15:42:14 do dia 24/01/2018 (hora e data de Brasília)



CÓDIGO DE CONTROLE
1828.DB6A.3F57.88FD

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.766.948 DATA DE EXPEDIÇÃO 27.06.1996

NOME ORLAN RODRIGUES MACHADO
Otavio Neri Machado

FILIAÇÃO Ana Rodrigues Machado

PARNAlBA(PI). 23.MAI.1978 DATA DE NASCIMENTO

Nasc.20.231 Liv.305 Fls.55vº Exp.
DOC ORIGEM em Parnaiba-Pí, 29.08.1978

CPF

[Assinatura]
ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



Governo do Estado do Piauí
Secretaria de Segurança Pública
Delegacia Geral de Polícia Civil
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência



630 v 1.0

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 101302.007191/2017-16

Unidade de Registro: 1º DP DE PARNAÍBA

Resp. pelo Registro: Fernando Oliveira Aragão

Data/Hora: 23/12/2017 - 19:09

DADOS DA OCORRÊNCIA

Unidade Policial Responsável

2º DP DE PARNAÍBA

Tipo Local

VIA PÚBLICA

Município

PARNAÍBA

Endereço

RUA TIMBIRA COM RUA AFONSO PENA, Nº:

Complemento

Data/Hora

19/09/2017 - 18:10

Bairro

PINDORAMA

Ponto de Referência

DADOS DOS PERSONAGENS ENVOLVIDOS

Nome: ORLAN RODRIGUES MACHADO

RG: 1766948 SSP/PI

Mãe: ANA RODRIGUES MACHADO

Pai: OTAVIO NERI MACHADO

Endereço: CONJ. JOAZ SOUSA I RUA 06 QD 07 CASA 01, Nº 01

Bairro: SÃO VICENTE DE PAULA

Cidade: PARNAÍBA

Telefone(s): 86-9502-7266

Tipo Envolv.: VÍTIMA/Noticiante


NATUREZA(S) DA OCORRÊNCIA

Natureza(s) da Ocorrência

1 - Lesão corporal acidental no trânsito.

RELATO DA OCORRÊNCIA

PARA COMUNICAR QUE NA DATA, HORA E LOCAL, CONDUZIA A MOTO HONDA/CG 150 TITAN EX, COR VERMELHA, ANO 2015/2015, PLACA PIH 3292 PARNAÍBA -PI, RENAVAM 1044713515, CHASSI 9C2KC1660FR506559, EM NOME DE SEU IRMÃO OTAVIO NERI MACHADO FILHO, C.P.F 451.365.213-68, UM VEÍCULO DESCONHECIDO, COLIDIU NA MOTO ONDE VEIO AO SOLO, SOFRENDO LESÃO ESPORTA NA TIBIA ESQUERDA E ESCORIAÇÕES PELO CORPO, FOI SOCORRIDO PELO SAMU E LEVADO PARA O HEDA, CONFORME FICHA DE ATENDIMENTO.



Fernando Oliveira Aragão - Mat. 1946072
AGENTE DE POLÍCIA

Fernando Oliveira Aragão
Agente de Polícia
Mat. 194.607-2



ORLAN RODRIGUES MACHADO - Noticiante
Responsável pela Informação

Delegado de Polícia



Rio de Janeiro, 10 de Maio de 2018

Carta nº: 12784204

A/C: ORLAN RODRIGUES MACHADO

Nº Sinistro: 3180094202
Vítima: ORLAN RODRIGUES MACHADO
Data do Acidente: 19/09/2017
Cobertura: INVALIDEZ

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO, COM MEMÓRIA DE CÁLCULO DE INVALIDEZ

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: ORLAN RODRIGUES MACHADO

Valor: R\$ 2.362,50

Banco: 104

Agência: 000000030

Conta: 00000085026-3

Tipo: CONTA POUPANÇA

Memória de Cálculo:

Multa:	R\$	0,00
Juros:	R\$	0,00
Total creditado:	R\$	2.362,50

Dano Pessoal: Perda funcional completa de um dos membros inferiores 70%

Graduação: Em grau leve 25%

% Invalidez Permanente DPVAT: (25% de 70%) 17,50%

Valor a indenizar: 17,50% x 13.500,00 =	R\$	2.362,50
---	-----	----------

NOTA: O percentual indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, sendo este aplicável sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.seguradoralider.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - PI 9020130326518 Nº 012713254584
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA 1 COD. RENAVAM 1044713515 R.N.T.R.C. EXERCÍCIO 2017

NOME
OTAVIO NERI MACHADO FILHO

CPF / CNPJ 45136521368 PLACA PIH-3292

PLACA ANT. / UF - CHASSI 9C2KC1660FR506559

ESPECIE TIPO PAS/MOTOCICLO/NENHUMA COMBUSTIVEL ALCO/GASOL

MARCA / MODELO HONDA/CG 150 TITAN EX ANO FAB. 2015 ANO MOD. 2015

CAP. / POT. / CIL 002P/149CC CATEGORIA PARTIC COR PREDOMINANTE VERMELHA

COTA UNICA VENC. COTA UNICA VENC. / COTAS
1º IPVA
FAIXA I.P.V.A. PARCELAMENTO / COTAS 2º
A 3º PAGO

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$) IOF (R\$) PRÊMIO TOTAL (R\$) DATA DE PAGAMENTO
SEGURO OBRIGATORIO

OBSERVAÇÕES
A/FIDOCUM. ADMINISTRADORA DE CONS. N
NAO VALIDO PARA TRANSFERENCIA

LOCAL PARNABA DATA 22/4/2017

ARAO MARTINS DO REGO LOBÃO
DELEGADO GERAL DO DETRAN - PI

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE OU POR SUA CARGA A PESSOAS
TRANSPORTADAS OU NAO - SEGURO DPVAT

PI Nº 012713254584 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA
www.dpvatsegurodotransito.com.br
SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO 2017 DATA EMISSÃO 22/4/2017

VIA 1 CPF / CNPJ 45136521368 PLACA PIH-3292

RENAVAM 1044713515 MARCA / MODELO HONDA/CG 150 TITAN EX

ANO FAB. 2015 CAT. TARIF. 09 Nº CHASSI 9C2KC1660FR506559

PRÊMIO TARIFÁRIO

FNS (R\$) 81,28 DENATRAM (R\$) 9,03 CUSTO DO SEGURO (R\$) 90,31

CUSTO DO BILHETE (R\$) 4,15 IOF (R\$) 0,70 TOTAL A SER PAGO PELO SEGURO (R\$) 185,50

PAGAMENTO COTA UNICA PARCELADO DATA DE QUITAÇÃO 23/02/2017

SEGURADORA LÍDER - DPVAT

CNPJ 09.248.608/0001-04
www.seguradoralider.com.br

Declaração do Proprietário do Veículo

Eu _____
RG nº _____ data da expedição ____/____/____, órgão _____,
Portador do CPF, _____ com domicílio na cidade de _____
_____ no estado de _____ onde resido na
(Rua/Avenida/Estrada) _____ nº _____
Complemento _____ declaro, sob as penas da Lei,
que o veículo abaixo mencionado e (era) de minha propriedade na data do
acidente ocorrido com a vítima _____
cujo condutor era _____

Veículo: _____

Ano: _____

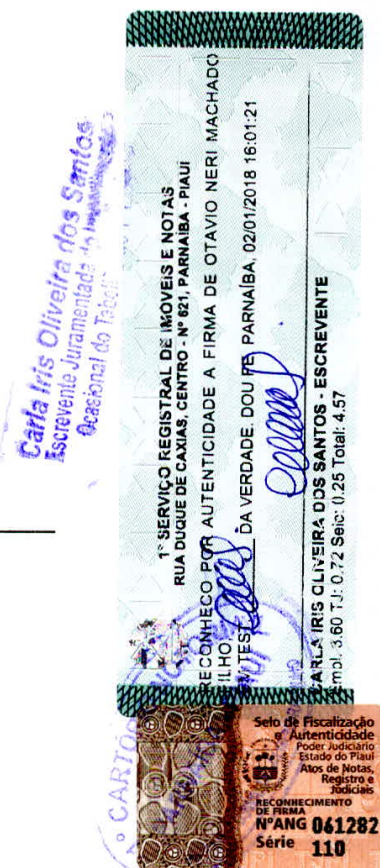
Modelo: _____

Placa: _____

Chassi: _____

Data do Acidente: _____

Local e Data _____/_____/_____



Otávio Neri Machado Filho
Assinatura do Declarante

Deividson Rodrigues Machado
Assinatura do Condutor (caso seja um terceiro que não seja a vítima reclamante do sinistro)



**ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE
DE MEDICINA**
REGIONAL DE PARNAÍBA



SERIE - A Nº 149884

ATESTADO MÉDICO

Atesto, para os devidos fins e a pedido do (a) interessado (a) que atendi

Orlando Rodrigues
Machado RG/CPF

Portador CID T93.2 (Autorizado pelo paciente) M. I. G. L.

M. P. L.

M. G. S. R.

Portador de Sequela de
Fratura do Plató Tibial (C)
estando com osteíte,
Pneumonia e instabilidade
crônica do joelho 07 DE 08 DE 19

PARNAÍBA, DE DE

De acordo com o
exame de
Tratamento por Tempo
indefinido

CRM CPF

Dr. Luiz Alberto Carneiro
Médico Ortopedista Traumatologista
CPF 112.147.245-15
CRM: 1203

COLEGA MORALIZE O ATESTADO MÉDICO UTILIZE O FORMULÁRIO DA
APM PARA OS SEUS ATESTADOS.
PARTICIPE DA APM.



**ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE
DE MEDICINA**
REGIONAL DE PARNAÍBA



SERIE - A Nº 115102

ATESTADO MÉDICO

Atesto, para os devidos fins e a pedido do (a) interessado (a) que atendi

Antônio Rodrigues Machado

RG/CPF _____

Portador CID 582 (Autorizado pelo paciente) recorrer - n

em 110 ortopedias por
fratura de tíbia (E), necessitando
o melhor - n dos estúdios de
perfumarias para 90 dias
para condução

PARNAÍBA, 24 DE 10 DE 17.

CRM _____

Dr. Bernardo Sousa Filho
Ortopedista / Traumatologista
CRM 2023 TEST 8508

COLEGA MORALIZE O ATESTADO MÉDICO UTILIZE O FORMULÁRIO DA
APM PARA OS SEUS ATESTADOS.
PARTICIPE DA APM.



SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE
PARNAÍBA - PI



RECEITUÁRIO
Uso exclusivo na
Rede Municipal de Saúde

Carimbo da Unidade de Saúde:

Nº do Cartão do SUS

Nome do Usuário:

Orlan Rodrigues Machado

Endereço:

Laudo Médico

Paciente 40 anos, masculino, vítima de acidente motociclístico (colisão moto x carro) em setembro de 2017, apresentando diagnóstico de fratura platô tibial (E) exposta, realizado tratamento cirúrgico de urgência com limpeza, debridamento e osteossíntese, desde então encontra-se em acompanhamento ortopédico periódico e reabilitação fisioterápica, mantém queixa de dor, fraqueza muscular e limitação de movimento (extensão - 10, flexão 120°), portanto não tendo condições de exercer suas atividades laborativas nos próximos 06 (seis) meses.

CID: S82.1/T93.2/M25.5

05/08/2018

Assinatura do Profissional/Carimbo
Dr. Leonardo Braz
Ortopedia e Traumatologia
CRM - PI 5292/ TEOT 15326



**ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE
DE MEDICINA**
REGIONAL DE PARNAÍBA



SERIE - A Nº 118204

ATESTADO MÉDICO

Atesto, para os devidos fins e a pedido do (a) interessado (a) que atendi

Orlando Romário Mascaro

RG/CPF _____

Portador CID 5823 ⁷⁹³² (Autorizado pelo paciente) Substituto

A empresa, Sidercarbono Limitado

para realizar seus exames

laboratoriais. Necessários para

análises.

PARNAÍBA, 07 DE 05 DE 2018.

CRM _____ CPF _____
Dr. Vitor Carneiro
Médico
CRM 3470

COLEGA MORALIZE O ATESTADO MÉDICO UTILIZE O FORMULÁRIO DA
APM PARA OS SEUS ATESTADOS.
PARTICIPE DA APM.



SORT

Serviço de Ortopedia Traumatologia e Fisioterapia Ltda.

CNPJ 06.632.152/0001-93
Praça Santo Antônio, 643 - Fone: 3321-3016
PARNAÍBA - PI CEP: 64.200-000
servicoortopedia@hotmail.com

Orlano Rodrigues Machado

R₁

Presflam

uso = 12/12 Horas Vez Oral 2x

Deflazumun

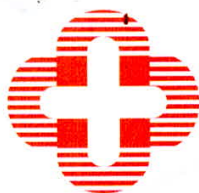
uso = 12/12 Horas Vez Oral 2x

Em 07/08/19

Dr. Luiz Carneiro
Médico Ortopedista Traumatologista
CPF 112.147.215-15
CRM: 1203

Dr. Paulo Eudes
Dr. Luiz Carneiro
Dr. Vitor Carneiro
Dra. Renata Carneiro
Dr. Daniel Silva

CRM 383
CRM 1203
CRM 3470
CREFITO 207687-F
CREFITO 147440-F



CLÍNICA ARMANDO CAJUBÁ

DIAGNÓSTICO POR IMAGEM

CENTRO MÉDICO PARNAIBANO

Nº Ordem: 246438

Rgh: 73420

Filme: 246438-DE

Data: 07/05/2018

Cliente: ORLAN RODRIGUES MACHADO

Médico:

Exame: RADIOGRAFIA DA TÍBIA ESQUERDA

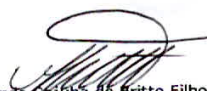
Laudos

- Controle de fratura antiga na tíbia proximal, com fixação metálica com parafusos.
- Superfícies e espaços articulares íntegros.
- Partes moles sem alterações.

OPINIÃO: - Controle de fratura antiga na tíbia proximal, com osteossíntese metálica.


Dr. Brenno Marco Pereira Gomide
CRM-PI 5507
Médico Radiologista RQE 2101

Dr. Armando Cajubá de Britto Neto
CRM-PI 3929
Médico Radiologista RQE 1647


Dr. Armando Cajubá de Britto Filho
CRM-PI 1220
Médico Radiologista RQE 2103



CLÍNICA ARMANDO CAJUBÁ

DIAGNÓSTICO POR IMAGEM

CENTRO MÉDICO PARNAIBANO

Nº Ordem: 279479

Rgh: 90982

Filme: 279479

Data: 07/08/2019

Cliente: ORLAN RODRIGUES MACHADO

Médico: LUIS ALBERTO CARNEIRO

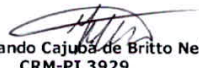
Exame: RADIOGRAFIA DO JOELHO ESQUERDO


Laudo

- Controle de fratura antiga na tíbia proximal, com fixação metálica com parafusos.
- Superfícies e espaços articulares íntegros.
- Partes moles sem alterações.

OPINIÃO: Controle de fratura antiga na tíbia proximal, com osteossíntese metálica. ✓


Dr. Brenno Marco Pereira Gomide
CRM-PI 5507
Médico Radiologista RQE 2101


Dr. Armando Cajubá de Brito Neto
CRM-PI 3929
Médico Radiologista RQE 1647


Dr. Armando Cajubá de Brito Filho
CRM-PI 1220
Médico Radiologista RQE 2103



SERVICO DE RADIOLOGIA
SETOR DE RAIOS X

DATA: 19/09/2018
PACIENTE: ORLAN RODRIGUES MACHADO
MÉDICO SOLICITANTE:
EXAME: RAIOS-X DO JOELHO

LAUDO

Exame realizado demonstrou:

- Fixação por parafusos metálicos no 1/3 proximal da tíbia.
- Superfícies e espaços articulares íntegros.
- Partes moles sem alterações.

CONCLUSÃO:

- Fixação por parafusos metálicos no 1/3 proximal da tíbia.

Dr. Carlos Eduardo Ramalho Barros.
CRM 2915-PI CBR 2790

Dr. Armando Cajubá de B. Neto.
CRM- 3929-PI

Dr. Armando Cajubá de B. Filho.
CRM 1220

Dr. Brenno Marco pereira Gomide.
CRM-PI 5507

ORIGINAL
EMPIR
RIO HEDA



**ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE
DE MEDICINA
REGIONAL DE PARNAÍBA**



SERIE - A Nº 115102

ATESTADO MÉDICO

Atesto, para os devidos fins e a pedido do (a) interessado (a) que atendi

Infante Rodrigues Machado

RG/CPF _____

Portador CID 582 (Autorizado pelo paciente) acorde - n

em de ortopedia por
fratura de tíbia (E), necessitando
o período dos estudos de
proficiência por 90 dias
para condução

PARNAÍBA, 24 DE 10 DE 17

CRM _____

Dr. Bernardo Sousa Filho
Ortopedista / Traumatologista
CRM 2823 TEO 8508

COLEGA MORALIZE O ATESTADO MÉDICO UTILIZE O FORMULÁRIO DA
APM PARA OS SEUS ATESTADOS.
PARTICIPE DA APM.

Responsável pelo Paciente

Testemunha

RELATÓRIO DE ATENDIMENTO DO SAMU 192 PARNÁIBA Nº DA SOLICITAÇÃO: 04 AR 06

1. DATA: 06/08/2015 2. ENDEREÇO: C 21 C 29 C 22 18/10 C 23

3. REFERÊNCIA: 4. SEXO: 5. IDADE: 6. BAIRRO:

7. NOME: Vitoriano Otiliano Rodrigues Machado

8. AVALIAÇÃO INICIAL

8.1 - VIAS AÉREAS: ☒ Patentes ☐ Obstruídas

8.2 - RESPIRAÇÃO/VENTILAÇÃO: ☐ Taquipnéia ☐ Normal ☐ Dispneia ☐ Ausente ☐ Posição de Traqueia: ☐ Normal ☐ Desviada ☐ Torax: ☐ Simétrico ☐ Assimétrico

F. Resp.: Sa O2

8.3 - CULACAÇÃO: ☐ Pele: ☐ Rosada ☐ Pálida ☐ Cianótica ☐ Mucosas: ☐ Úmida ☐ Seca ☐ Ictérica ☐ Extremidades: ☐ Corada ☐ Cianótica ☐ Ausente ☐ Pulso: ☐ Normal ☐ Irregular ☐ Filiforme

P. Arterial: ☐ Pulso

9. CAUSAS

9.1 C. EXTERNAS: ☐ Atropenamento ☐ Ferimento Lacero-contuso ☐ Capotamento ☐ Colisão ☐ Queda de bicicleta ☐ Queda de moto ☐ Agressão física ☐ Intoxicação / Envenenamento

9.2 C. CLÍNICAS: ☐ Dor Intensa ☐ Dispnéia ☐ Mal Súbito ☐ Convulsão ☐ AVC ☐ Vômitos ☐ Hipertensão ☐ Outros

9.3 C. OBSTÉTRICAS: ☐ Aborto ☐ STV ☐ Trabalho de Parto ☐ Complic. Pós Parto ☐ Outros

9.4 C. PSIQUIÁTRICAS: ☐ Crises ☐ Transferências

10. PRINCIPAIS LESÕES

1. ☐ Laceração ☐ Deformidade ☐ Edema ☐ 2. ☒ Abrasão ☐ Fratura Aberta ☐ Amputação ☐ 3. ☐ Hematoma ☐ 8. FAF ☐ 12. Avulsão ☐ 4. ☐ Contusão ☐ 9. FAF ☐ 13. Dor ☐ 5. ☐ Sanguinamento Externo ☐ 10. ☐ Queimadura

ESCALA DE DOR: 0 Leve 3 Moderada 7 Intensa 10

11. SINAIS / SINTOMAS / QUEIXAS

1. ☐ Agitação ☐ Anúmia ☐ Agitação ☐ Bradicardia ☐ Bradicardia ☐ Choro ☐ Cianótico ☐ Cefaleia ☐ Hipotensão ☐ Dor ☐ Enjôo Subcutâneo

12. ☐ Halito etílico ☐ Hipertensão ☐ Hipotermia ☐ Hipoxia ☐ Hipotermia ☐ Hipoglicemia ☐ Otorria ☐ Náusea / Vômitos ☐ Paralisia ☐ Pele Fria

23. ☐ Pupilas Foto Reagentes e Isocóricas ☐ Pupilas Mídricas ☐ Pupilas Mídricas ☐ Pupilas Anisocóricas ☐ Palidez ☐ Retenção Urinária ☐ Rinorréia ☐ Sudorese ☐ Sialorréia ☐ Taquicardia ☐ Taquipnéia ☐ Tontura

12. PROCEDIMENTO REALIZADO

☐ Aerosolterapia / Oxigenoterapia ☐ Imobilização com Contenção ☐ Sondagem Nasogástrica ☐ Cateterismo Vesical ☐ Colocação de Cânula Orlingotaringes (Guedel) ☐ Curativo Simples ☐ Curativo 3 Pontos ☐ Aspiroação Oro / Naso Traqueal ☐ Manobra de Chin Lift ☐ Manobra de Jaw Thrust ☐ Manobra de Heimlich ☐ Desobstrução ☐ Eletrocardiograma (ECG) ☐ Glicemia ☐ Hemostase por Compressão ☐ Colar Cervical

☒ Colocação de KED ☒ Imobilização de Membros ☒ Prancha Longa ☒ Ventilação Mecânica ☒ Intubação ☐ Massagem Cardíaca Externa ☐ Monitorização Cardíaca ☐ Oximetria de Pulso ☐ Punção Venosa ☐ Punção Intra-Ossea ☐ Ventilação / Ressuscitador Manual ☐ Verificação de TAX ☐ Outros

13. HISTÓRIA "AMPLA"

1. ☐ Alergia ☐ 2. ☐ Medicamentos em Uso ☐ 3. ☐ Doenças ☐ 4. ☐ Última Refeição ☐ 5. ☐ Ambiente

14. MEDICAMENTOS / SOLUÇÕES ADMINISTRADOS

1. Droga 2. Quantidade 3. Via 4. HORA

15. ÓBITO: ☐ Óbito Antes de Socorro ☐ Óbito no Local ☐ Óbito Durante o Transporte

16. DESTINO: ☐ Liberado ☐ Recusado ☐ IML

17. CLIENTE ACOMPANHADO: ☐ SIM ☒ NÃO

18. OBSERVAÇÕES

19. CONDIÇÕES DE ENTRADA NO HOSPITAL

20. CLASSIFICAÇÃO DE RISCO: ☐ Vermelho ☒ Laranja ☐ Amarelo ☐ Azul ☐ Verde

21. EQUIPE

Enfermeiro / COREN-PI: Ana Telma Médico Intervencionista / CRM: D+ Pádua

Téc. Enfermagem / COREN-PI: Maurício Médico Regulador / CRM: D+ Pádua

Soceirista: ASSINATURA DO ACOMPANHANTE: RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO NO HOSPITAL:

Após tomar conhecimento dos riscos envolvidos ao paciente supracitado, autorizo a remoção do mesmo via ambulância do SAMU 192. Condições de atendimento e o plano de atendimento do mesmo, conforme a legislação específica que regulamenta os serviços de urgência.

Responsável pelo Paciente

1. DATA 17/07/17 **2. ENDEREÇO** Rua ... **3. CIDADE** ... **4. SEXO** ... **5. IDADE** 39 **6. BAIRRO** ...

7. NOME ... **8. NOME DO PAI** ... **9. NOME DA MÃE** ...

10. VÍCIOS HABITUADOS ... **11. RESPIRAÇÃO** ... **12. PULSO** ... **13. PRESSÃO** ...

14. ESCALA DE GLASGOW

VARIÁVEIS	ESCORE
Abertura Ocular	4
Resposta Verbal	5
Resposta Motora	6
TOTAL: (4+5+6)	15

15. HISTÓRIA AMPLA

16. MEDICAMENTOS / SUBSTÂNCIAS ABUSADAS

17. DESTINO ... **18. OBSERVAÇÕES** ...

19. CONDIÇÕES DE ENTRADA NO HOSPITAL

20. CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

21. EQUIPE

22. ASSINATURA DO ACOMPANHANTE

23. RESPONSÁVEL PELO CUIDADO DO PACIENTE



Sistema
Único de
Saúde

**LAUDO PARA SOLICITAÇÃO AUTORIZAÇÃO DE MUDANÇAS DE
PROCEDIMENTO E DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)**

Folha
1 de 2

Identificação do Estabelecimento de Saúde

HOSPITAL ESTADUAL GOV. DIRCEU ARCOVERDE

1 - CNES

4 - CNES

Identificação do Paciente

Alan Rodryg Mathias

6 - Nº DO PRONTUÁRIO

5 - DATA DE NASCIMENTO

8 - SEXO

Masculino

Feminino

10 - NOME DO MARCO RESPONSÁVEL

DDD

11 - TELEFONE DE CONTATO

Nº DO TELEFONE

12 - ENDEREÇO COMPLETO

14 - COD. BGE MUNICÍPIO

15 - UF

16 - CEP

17 - NÚMERO DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR (AIH)

MUDANÇA DE PROCEDIMENTO

18 - NOME DO PROCEDIMENTO ANTERIOR

19 - COD. DO PROCEDIMENTO ANTERIOR

20 - NOME DO PROCEDIMENTO NOVO

21 - COD. DO PROCEDIMENTO NOVO

22 - Data de início

23 - CID 10 PRIMÁRIO

24 - CID 10 SECUNDÁRIO

25 - CID 10 CAUSAS SECUNDÁRIAS

SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)

26 - DESTINAÇÃO DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL

27 - COD. DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL

28 - NOME DO PROCEDIMENTO ESPECIAL

29 - COD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL

30 - COD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL

31 - COD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL

32 - NOME DO PROCEDIMENTO ESPECIAL

33 - COD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL

34 - NOME DO PROCEDIMENTO ESPECIAL

35 - COD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL

36 - NOME DO PROCEDIMENTO ESPECIAL

37 - COD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL

DECLARATIVA DA SOLICITAÇÃO

PROFISSIONAL SOLICITANTE

18 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE

40 - DATA DE SOLICITAÇÃO

41 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

42 - ASSINATURA E CARIMBO DO REGISTRO DO CONSELHO

43 - ASSINATURA E CARIMBO DO REGISTRO DO CONSELHO

AUTORIZAÇÃO

44 - ASSINATURA E CARIMBO DO REGISTRO DO CONSELHO

Controle dos Cuidados na Sala de Recuperação Pós-Anestésica (SRPA)

PACIENTE: Carlos Rodrigues Machado, 32 anos SUSCADA:
 DATA: 12-02-2012 HORARIO DE ADMISSÃO NA SRPA: 20:40
 CIRURGIA REALIZADA: Fratura aberta de tíbia (híperico) não
 TIPO DE ANESTESIA: Periférica
 INTERFERÊNCIA INTRAOPERATORIAS:

SINAIS VITAIS	ADMISSÃO	15'	30'	45'	60'	1h30'	2h	2h30'	3h	SAÍDA
PA	120/80	110/70	110/70							120/80
FC/PULSO	88 bpm	100	98 bpm							88 bpm
TEMPERATURA	36,8 °C	36,8	36,8							36,8
OXIMETRIA	98%	98%	98%							98%
FREQ. RESPIRATORIA	18 rpm	18	18							18 rpm

Escala de Aldrete e Krorlik:

ÍNDICE DE ALDRETE-KROULIK MODIFICADO	Admissão	15'	30'	45'	60'	SAÍDA
CONSCIÊNCIA						
Completamente acordado = 2 Desperta ao chamado = 1 Não responde ao chamado = 0	02	01	02			02
ATIVIDADE MOTORA						
Mover 4 extremidades = 2 Mover 2 extremidades = 1 Não consegue = 0	02	01	02			02
RESPIRAÇÃO						
Profunda ou tosse livremente = 2 Limitada, dispnéia = 1 Apnéia = 0	02	01	02			02
CIRCULAÇÃO						
20% da nível pré anestésico = 2 20-40% da nível pré anestésico = 1 Sem circulação pré anestésico = 0	02	01	02			02
SpO₂						
Mantém SpO ₂ > 90% em ar ambiente = 2 Mantém SpO ₂ > 90% em O ₂ = 1 Mantém SpO ₂ < 90% em O ₂ = 0	02	01	02			02
TOTAL DE PONTOS APTO A ALTA & 10 PONTOS	10	08	10			10

APTO À SRPA com 10 pontos, às 20:40 horas. Anestesista: [Assinatura]

Escala da dor:

Ao Chegar na SRPA	Ao Sair da SRPA
<p>0 (Sem Dor) 1 2 3 4 5 (Dor Maximal)</p>	<p>0 (Sem Dor) 1 2 3 4 5 (Dor Maximal)</p>

Escala Modificada de Bromage (para os pacientes submetidos a anestésias regionais: Raqui-anestesia ou Anestesia Peridural):

Parâmetro	Valor
Sem bloqueio motor	0
Pode flexionar o joelho e mover o pé, mas não levanta a perna.	1
Pode mover apenas o pé.	2
Não pode mover pé ou joelho	3

PARNAIBA PAULI

06101 1954 76 27 1/2

Josefran M. Braga da Silva
Enfermeiro
COREN-PI 415.953



AValiação DO RISCO DE QUEDAS

NOME: Walter Rodrigues Machado DN: 23/05/78 DATA DA ADMISSÃO: 19/09/17
CLÍNICA: Geriátrica ENF/LEITO: CONDOM HORÁRIO: 22:40

ESCALA DE AVALIAÇÃO DO RISCO DE QUEDA JOHNS HOPKINS

Selecione uma das situações a seguir, se aplicável. Caso alguma das situações esteja presente, desconsidere o regime da escala e considere a categoria do risco (baixo ou alto) correspondente.	DATA	DATA	DATA	DATA	DATA	DATA	DATA
() Paralisia completa ou imobilização completa (condição clínica de paralisia ou imobilidade completas, exceto por uso de contenção/restrrição). Implemente intervenções básicas de segurança (baixo risco de queda).	19/09	1/10	1/10	1/10	1/10	1/10	1/10
() Paciente com história de duas ou mais quedas nos 6 meses anteriores à admissão. Implemente intervenções de alto risco de queda durante todo o período da internação.	()	()	()	()	()	()	()
() Paciente apresentou uma queda durante a internação atual. Implemente intervenções para alto risco de queda durante todo o período da internação.	()	()	()	()	()	()	()
() Paciente é considerado de alto risco de queda de acordo com protocolos específicos (ex.: risco de sangramento, fragilidade óssea, procedimentos cirúrgicos há menos de 48 horas). Implemente intervenções para alto risco de queda de acordo com o protocolo.	(X)	()	()	()	()	()	()
Complete a sequência e calcule o escore de risco de queda. Se nenhuma opção for marcada o escore da categoria é 0.							
Idade (selecione apenas uma opção 0)							
() 60-69 anos (1 ponto)							
() 70-79 anos (2 pontos)	1						
() 80 anos e mais (3 pontos)							
Histórico de queda (selecione apenas a opção a seguir, se aplicável)							
() Uma queda nos 6 meses anteriores à admissão (5 pontos)	1						
Eliminações: intestinais e urinárias (selecione apenas uma opção)							
() Incontinência (2 pontos)							
() Urgência ou aumento da frequência (2 pontos)	4						
() Urgência/aumento da frequência e incontinência (4 pontos)							
() Em uso de 1 medicamento de alto risco de queda (3 pontos)							
() Em uso de 2 ou mais medicamentos de alto risco de queda (3 pontos)							
(X) Procedimento sob sedação nas últimas 24 horas (7 pontos)							
Equipamentos assistenciais: qualquer equipamento que comprometa a mobilidade do paciente (ex: sondas, drenos, cateteres, compressores pneumáticos e outros). (selecione apenas um opção)							
(X) Um equipamento (1 ponto)	1						
() Dois equipamentos (2 pontos)							
() Três ou mais equipamentos (3 pontos)							
Mobilidade: (múltipla seleção, escolha todas as opções aplicáveis e some os pontos)							
() Marcha instável (2 pontos)							
() Comprometimento visual ou auditivo que afeta a mobilidade (2 pontos)	1						
() Necessita de auxílio ou supervisão para mobilização, transferência ou deambulação (2 pontos)							
Cognição: (múltipla seleção, escolha todas as opções aplicáveis e some os pontos)							
() Percepções alteradas do ambiente físico desconhecido (1 ponto)	1						
() Impulsividade (comportamento imprevisível ou arriscado) (2 pontos)							
() Falta de entendimento de suas limitações físicas e cognitivas (4 pontos)							

Somatória dos pontos

Baixo risco: escore de 0-5 pontos.

Risco moderado: escore de 6-13 pontos.

Alto risco: escore > 13 pontos.



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE



HOSPITAL ESTADUAL DIRCEU ARCOVERDE

HOSPITAL ESTADUAL DIRCEU ARCOVERDE

EVOLUÇÃO MULTIPROFISSIONAL

NOME: Orlando Rodrigues Machado REG: ENF: 6 LEITO: 3
D/HIR: Paciente OR M, 46 a, O, com quadro clínico de patologia
26/09/17 unipolar grau I MIE, apresentava-se consciente, colo-
memória lateralizada SSVV: PA: 120x80 / 110x80 FC: 75/70 FR: 20
16, AP: normal, MV: AHT, AC: normal, 2T. Condição:
alongamento passivo em MMII e MMSS, mobiliza-
ção neuromuscular nervo mediano e radial em
'MSE FNP em MIE com doriflexão e extensão de
quadril e joelho em MID, treino respiratório com
pelecos inspiratórios, inspiração diafragmática e
liberação diafragmática, compressões e descompressões
Atendimento ocorreu com intervenções Ad. Erika Gra-
cy Diniz Jover

Ed. Menara Keima Gomes Nunes


234190-F

19/09/12

Neuro

Revisar nota de TCC
Nº pedido de compra Orde
store, queda, axaxte Glos
Nº de pte para

TCC - Time Limone de Angtane
Michele Torres Joubert Direct
Nº de pte de orisse.
Mentes Internade
Revisar TCC manto

Dr. João Carlos de A. Mendes
Neurologia e Neurocirurgia
CRM - PI 4176




Sistema Único de Saúde
Ministério da Saúde

LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE
HOSPITAL ESTADUAL DIRCEU ARDOVERDE
2 - CNES
8015899
3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE
HOSPITAL ESTADUAL DIRCEU ARDOVERDE
4 - CNES
8015899

Identificação do Paciente

5 - NOME DO PACIENTE
ORLAN RODRIGUES MACHADO
6 - Nº DO PRONTUÁRIO
31796
7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)
703402120387600
8 - DATA DE NASCIMENTO
23/05/1978
9 - SEXO
Masc. ☒ 1 Fem. ☐ 2
10 - NOME DA MÃE
ANA RODRIGUES MACHADO
11 - TELEFONE DE CONTATO
(86) 9945-64887
12 - ENDEREÇO
CONJ. JOAZ SOUSA Q07 1 - SAO V. DE PAULA
13 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA
PARNAIBA
14 - CÓD. IBGE MUNICÍPIO
2207702
15 - UF
PI
16 - CEP
64200-010

JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

17 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

Lesão e fratura
na perna E. no joelho.
Seguida de dor local.

18 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFIQUEM A INTERNAÇÃO

Dor local e de movimento.

19 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS)

Radiografia + Ex. físico + do joelho.

20 - DIAGNÓSTICO INICIAL

Fratura proximal fêmur E.

21 - CID PRINCIPAL 22 - CID SECUNDÁRIO 23 - CAUSAS ASSOC.

PROCEDIMENTO SOLICITADO

24 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO

Redução cirúrgica.

25 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

26 - CLÍNICA

27 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO

28 - DOCUMENTO

29 - Nº DOCUMENTO DO PROFISSIONAL SOLICITANTE

ORTOPEDIA

URGÊNCIA

(x) CNS () CPF

31 - DATA DA SOLICITAÇÃO

32 - ASS. E CARIMBO (Nº DO CRM)

30 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE

19/09/2017

Dr. Bruno Sousa

Dr. Bernardo Sousa Filho
Ortopedista e Traumatologista
CRM 28.3 TEOT 8503

PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

36 - CNPJ DA SEGURADORA

37 - Nº DO RCTE

38 - SÉRIE

33 - () ACIDENTE DE TRÂNSITO

34 - () ACIDENTE TRAB. TÍPICO

35 - () ACIDENTE TRAB. TRAJETO

39 - CNPJ EMPRESA

40 - CNAE EMPRESA

41 - CBOR

42 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA

() EMPREGADO

() EMPREGADOR

() AUTÔNOMO

() DESEMPREGADO

() APOSENTADO

() NÃO SEGURADO

AUTORIZAÇÃO

43 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

44 - CÓD. ORGÃO EMISSOR

45 - Nº DA AUT. DE INTERNAÇÃO HOSP.

46 - DOCUMENTO

47 - Nº DOCUMENTO DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

() CNS (x) CPF

48 - DATA DA AUTORIZAÇÃO

49 - ASS. E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)

NOME	IDADE	LEITO	DATA
PRESERVAÇÃO	HORÁRIO	EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM	ANOTAÇÃO DE ENFERMAGEM
			as 6 horas paciente consciente orientado para a direita. dita aberta 4° DPO por furo exposto Grau I das costas da perna - nequejado limpa curação TCC com evolução normal.
			Fernanda Araújo doe Santos COREN-PA 044.984.76



CLÍNICA ARMANDO CAJUBÁ

DIAGNÓSTICO POR IMAGEM
CENTRO MÉDICO PARNAIBANO

E

ORLAN RODRIGUES MACHADO,

NO: 279479

Sexo: M

DE: 07/08/2019

Av. Presidente Vargas, 866, - Fone: (86) 3321

E-mail: clinicaarmandoca



LAT

ORLAN RODRIGUES MACHADO, NO: 279479 Sexo: M DE: 07/08/2019
2971, Fax: (86)3321 2903 - Parnaíba /PI
uba@hotmail.com